



O Brasil precisa de um projeto de país

Tatiana Roque, Pré-candidata a
deputada federal pelo Rio de Janeiro



**Brasil
Soberano
4.0**



**PSB**

O Brasil precisa de um projeto de país



www.brasilsoberano40.com.br

Brasil Soberano 4.0



Natureza, Ciência, Cultura e o Povo Brasileiro:

**Quatro pilares para o desenvolvimento de um Brasil do século XXI
O Brasil precisa de um projeto de país**



Sou **TATIANA ROQUE**, professora, cientista, sambista, vereadora e ex-secretária. Sou pré-candidata a deputada federal para ajudar o Presidente Lula a construir o projeto Brasil Soberano 4.0.

O Brasil vive um momento decisivo. A revolução tecnológica, a emergência climática e as transformações no mundo do trabalho exigem mais do que respostas pontuais: exigem um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Mais do que uma plataforma eleitoral, trata-se de uma visão de futuro, construída a partir da ideia de

que desenvolvimento econômico, democracia, ciência, sustentabilidade e justiça social fazem parte de uma mesma estratégia.

Temos quatro missões para transformar o Brasil

O objetivo é transformar natureza em desenvolvimento, conhecimento em prosperidade, cultura em inovação e fortalecer a democracia, colocando as pessoas como o motor das transformações do século XXI.

As ideias deste programa são acompanhadas de propostas concretas para orientar a atuação parlamentar no Congresso Nacional.

Este é um texto aberto ao diálogo e à construção coletiva. Um convite para pensar grande novamente e construir um Brasil mais soberano, inovador, sustentável e justo. O Brasil é Tudo!

As quatro missões para transformar o Brasil

Este programa organiza a atuação parlamentar em torno de quatro grandes missões nacionais.

As missões não são áreas de governo. São agendas de transformação.

Elas dialogam entre si e compartilham um mesmo propósito: fazer do conhecimento o principal motor do desenvolvimento brasileiro.

Natureza



MISSÃO 1

Preservar a natureza e investir na economia verde

Consolidar o Brasil como potência da bioeconomia, da transição energética, da economia do mar, dos serviços ambientais e da adaptação climática.

Ciência



MISSÃO 2

Transformar ciência e tecnologia em prosperidade

Fazer da educação, do conhecimento, da inovação e da inteligência artificial as principais infraestruturas do desenvolvimento econômico e social do país.

Cultura



MISSÃO 3

Valorizar a cultura e a indústria criativa

Reconhecer a criatividade, o audiovisual, os games, a música, o carnaval, o livro e a economia criativa como vetores estratégicos de emprego, renda, identidade e projeção internacional.

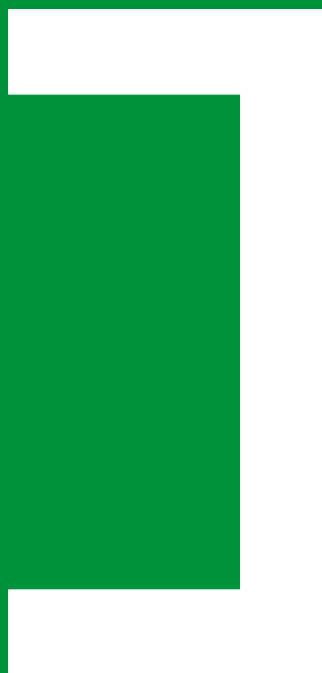
Povo Brasileiro

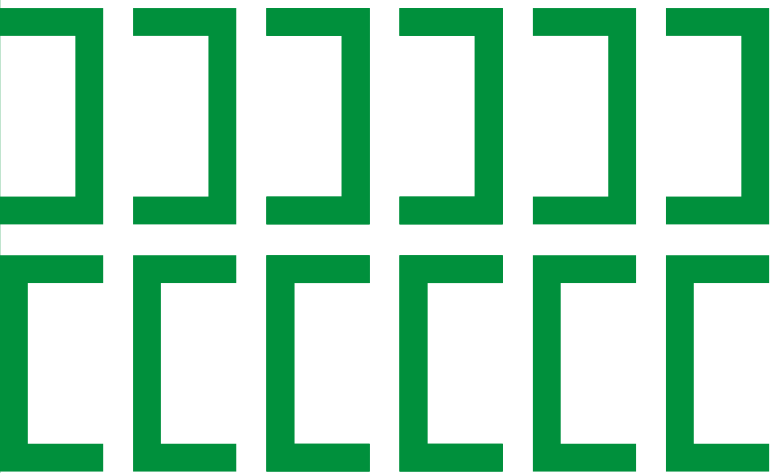


MISSÃO 4

Fortalecer nosso povo e defender a democracia

Construir um novo pacto social diante das transformações do trabalho e da economia digital, garantindo proteção, oportunidades, participação e dignidade.





MISSÃO 1

PRESERVAR A NATUREZA E INVESTIR NA ECONOMIA VERDE

Por que essa missão é estratégica?

Durante séculos, nossa riqueza natural foi tratada como vantagem comparativa: países em desenvolvimento exportavam recursos, importavam tecnologia e ocupavam posições subordinadas nas cadeias globais de valor. O século XXI muda essa lógica. A emergência climática, a transição energética, a disputa por minerais críticos, o avanço das biotecnologias e a valorização da biodiversidade fazem da natureza uma das bases materiais da nova economia do conhecimento. Podemos aproveitar melhor nosso potencial, contanto que façamos da preservação do meio ambiente uma condição dessa nova economia. É possível desenvolver, sem desmatar ou degradar nossas riquezas naturais.

Somos o país com a maior biodiversidade do planeta, concentrando entre 15% e 20% de toda a diversidade biológica mundial em em nosso território¹. Temos também uma matriz elétrica majoritariamente renovável: em 2025, as fontes renováveis responderam por 86,8% da oferta interna da energia elétrica, que inclui hidrelétrica, solar, eólica e biomassa². A isso se somam a Amazônia Azul, com cerca de 5,7 milhões de km² - equivalente a 67% do território terrestre nacional³ - e algumas das maiores reservas mundiais de terras raras⁴, ativos estratégicos para a bioeconomia, a transição energética, a economia do mar e as tecnologias do futuro.

Mas essas vantagens não produzirão desenvolvimento automaticamente. A história brasileira mostra que riqueza natural, quando desacompanhada de ciência, inovação, planejamento público e política responsável, pode reproduzir dependência tecnológica, baixo valor agregado e degradação ambiental. Em tempos de mudanças climáticas, o desafio é preservar nossos recursos naturais ao mesmo tempo em que os transformamos – pela via do conhecimento – em empregos, renda e criatividade produtiva.

A missão do século XXI é inverter a lógica que nos fez degradar nossa natureza em diferentes momentos históricos. Construir um modelo capaz de proteger bio- mas, valorizar conhecimentos tradicionais, fortalecer a ciência brasileira, adensar cadeias produtivas, gerar empregos, reduzir desigualdades territoriais e ampliar a soberania nacional. Preservar e desenvolver não são agendas opostas: no século XXI, preservar é condição para desenvolver. E desenvolver, para o Brasil, deve significar produzir mais conhecimento, mais valor agregado, mais justiça social e mais capacidade de decidir seu próprio futuro.

O que queremos transformar?

Queremos fazer com que a natureza brasileira, preservada e valorizada, seja a base de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, soberano e inclusivo. Isso significa deixar de tratar biodiversidade, água, sol, vento, mar, florestas e minerais como estoques a serem explorados e vendidos como produtos primários. E passar a compreendê-los como plataformas de conhecimento, inovação, indústria, emprego e bem-estar. O combate às mudanças climáticas e às suas consequências deve orientar uma nova economia. O Brasil precisa deixar de exportar natureza bruta para exportar ciência, tecnologia, produtos, serviços, soluções climáticas e inteligência industrial produzidos a partir de suas próprias capacidades.

A bioeconomia que defendemos não é biopirataria nem mercantilização predatória da biodiversidade. É uma bioeconomia baseada em pesquisa científica, proteção ambiental, repartição justa de benefícios, respeito aos conhecimentos tradicionais, consentimento livre, prévio e informado de povos originários e comunidades tradicionais, e fortalecimento de cadeias produtivas locais. A biodiversidade brasileira só poderá ser convertida em desenvolvimento se os territórios que a protegem forem também protagonistas da riqueza gerada.

A transição energética, a política de minerais críticos e a economia do mar precisam ser compreendidas como partes de uma mesma estratégia de neo-industrialização verde. Hidrogênio de baixa emissão, energias renováveis, minerais estratégicos, biodiversidade marinha e infraestrutura logística devem impulsionar cadeias produtivas com conteúdo nacional, transferência de tecnologia, beneficiamento local, pesquisa aplicada, formação profissional e geração empregos qualificados.



A adaptação climática precisa deixar de ser apenas uma resposta emergencial e se tornar política permanente de Estado. Chuvas extremas, enchentes, deslizamentos, ondas de calor, erosão costeira e insegurança hídrica já afetam a vida da população brasileira, especialmente nas favelas, periferias, encostas, áreas costeiras e territórios com menor infraestrutura. Preparar cidades e territórios para enfrentar enchentes, deslizamentos, ondas de calor e outros eventos extremos, proteger vidas, reduzir desigualdades e orientar investimentos públicos em infraestrutura resiliente, soluções baseadas na natureza, tecnologia, monitoramento e planejamento urbano.

Nossos compromissos

Construir uma bioeconomia brasileira baseada em ciência, conservação, repartição justa de benefícios, valorização dos conhecimentos tradicionais e protagonismo dos territórios que protegem a biodiversidade.



Transformar a vantagem brasileira em energia limpa em política industrial, tecnologia nacional, empregos qualificados, conteúdo local e redução de dependências externas.

Construir uma política nacional para minerais críticos e terras raras, garantindo soberania tecnológica, beneficiamento local, industrialização de maior valor agregado e proteção ambiental.

Fazer da economia do mar uma estratégia nacional de desenvolvimento, integrando ciência oceânica, conservação marinha, logística, indústria naval, pesca sustentável, biotecnologia, energia offshore e soberania.

Preparar cidades e territórios para a emergência climática, ampliando infraestrutura resiliente, arborização, prevenção de desastres, adaptação urbana, soluções baseadas na natureza e proteção das populações mais vulneráveis.

Criar Corredores de Inovação Verde e Azul, conectando biomas, bacias hidrográficas, zonas costeiras, universidades, institutos de pesquisa, setor produtivo e comunidades em torno de missões territoriais de desenvolvimento sustentável.

Como o mandato atuará

O mandato atuará para integrar desenvolvimento econômico, sustentabilidade, ciência e justiça social como parte de uma mesma estratégia nacional, combinando produção legislativa, incidência na regulamentação de marcos legais já aprovados, fiscalização de políticas públicas, defesa de investimentos estratégicos e articulação entre União, estados, municípios, universidades, instituições científicas, setor produtivo, comunidades tradicionais, povos originários, cooperativas, bancos públicos e organismos internacionais.

A prioridade será impedir que a transição ecológica brasileira seja capturada por uma lógica de baixo valor agregado. Não basta produzir energia limpa, explorar minerais críticos ou comercializar ativos ambientais: é preciso garantir que essas oportunidades resultem em indústria nacional, tecnologia brasileira, empregos qualificados, proteção dos biomas, repartição justa de benefícios e melhoria concreta da vida da população. Transformar a natureza em desenvolvimento exige conectar bioeconomia, transição energética, economia do mar, adaptação climática e neo-industrialização verde às demais missões do programa - ciência, educação, cultura, trabalho e democracia.

Agenda Parlamentar

Projetos de Lei

- ▶ Aprovar um Marco Nacional da Bioeconomia, com base em repartição justa de benefícios, proteção do patrimônio genético, valorização dos conhecimentos tradicionais, rastreabilidade das cadeias produtivas, consentimento livre, prévio e informado e protagonismo de povos originários e comunidades tradicionais.
- ▶ Instituir uma Política Nacional de Economia Azul, integrando ciência oceânica, infraestrutura portuária, indústria naval, energia offshore, logística, pesca sustentável, biotecnologia marinha, turismo, defesa, conservação dos ecossistemas marinhos e inovação.
- ▶ Atuar na regulamentação do marco legal do hidrogênio de baixa emissão (Lei 14.948/2024⁵), garantindo conteúdo nacional, transferência de tecnologia, formação profissional, pesquisa aplicada e encadeamento produtivo no Brasil.
- ▶ Atuar na regulamentação da eólica offshore (Lei 15.097/2025⁶), assegurando planejamento ambiental, desenvolvimento da indústria nacional, participação dos territórios costeiros, contrapartidas tecnológicas e conexão com a cadeia produtiva da energia e da indústria naval.
- ▶ Estabelecer diretrizes para uma Política Nacional de Minerais Críticos e Terras Raras, orientada à soberania tecnológica, ao beneficiamento local, à industrialização de segunda e terceira geração, à proteção ambiental e à retenção de valor no país.
- ▶ Criar instrumentos para evitar a exportação de mine-

rais críticos em estado bruto sem contrapartidas de processamento local, transferência de tecnologia, pesquisa, qualificação profissional e desenvolvimento regional.

- ▶ Fortalecer a legislação sobre adaptação climática, infraestrutura resiliente e prevenção de desastres, com prioridade para territórios vulneráveis.
- ▶ Criar um Programa Nacional de Cidades Resilientes e Soluções Baseadas na Natureza, apoiando drenagem sustentável, reflorestamento, arborização urbana, recuperação de rios, contenção de encostas, parques urbanos, cidades-esponja e sistemas de alerta precoce.
- ▶ Instituir Corredores de Inovação Verde e Azul, articulando universidades, institutos de pesquisa, empresas, cooperativas, comunidades, governos e instrumentos federais de financiamento em torno de missões territoriais de desenvolvimento sustentável.

Prioridades no Orçamento

- ▶ Defesa do Fundo Clima e dos instrumentos de financiamento da transição ecológica.
- ▶ Ampliação dos investimentos em pesquisa aplicada à bioeconomia.
- ▶ Apoio à infraestrutura de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos.
- ▶ Investimentos em reflorestamento, recuperação de biomas e soluções baseadas na natureza.
- ▶ Incentivo à inovação em energias renováveis e economia do mar.

► Apoiar projetos de adaptação climática baseados em soluções naturais e tecnologias digitais, como gêmeos digitais e cidades-esponja.

Fiscalização

► Execução do Plano Clima e das políticas nacionais de adaptação.

► Aplicação dos recursos do Fundo Clima.

► Implementação das políticas de prevenção de desastres.

► Cumprimento das metas nacionais de descarbonização.

► Programas federais voltados à bioeconomia e à economia azul.

Parcerias estratégicas

► Governos estaduais e municipais.

► Universidades e instituições científicas.

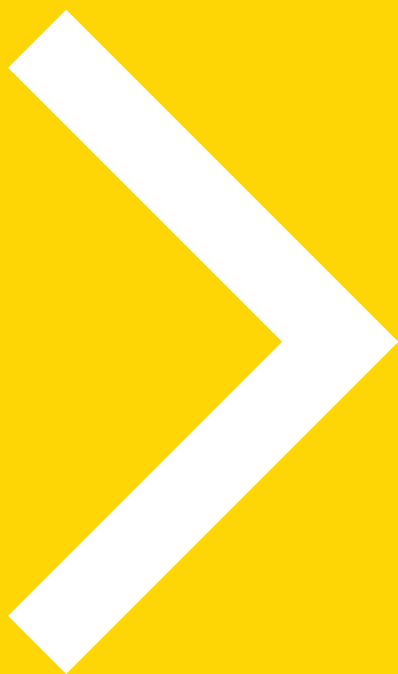
► Comunidades tradicionais e povos originários.

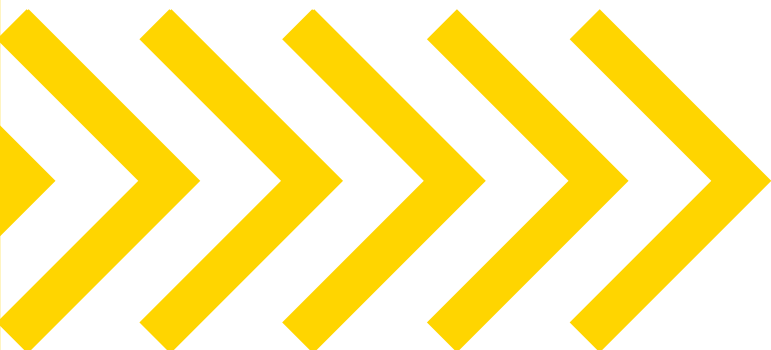
► Setor produtivo e cooperativas.

► Bancos públicos e organismos internacionais.



© DC Studio / Magnific





MISSÃO 2

TRANSFORMAR CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PROSPERIDADE

Por que essa missão é estratégica?

Ao longo do século XX, a riqueza das nações esteve associada principalmente à capacidade de produzir bens industriais. No século XXI, essa riqueza depende cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento. Universidades, centros de pesquisa, infraestrutura científica, inteligência artificial, computação de alto desempenho e inovação tecnológica deixaram de ser políticas setoriais para se tornarem ativos estratégicos para a soberania, a competitividade econômica e a qualidade de vida.

Os países que lideram a produção de conhecimento lideram também a produção de riqueza. O Brasil possui uma das maiores comunidades científicas do hemisfério sul e figura entre os 15 países que mais publicam artigos

científicos no mundo⁷. Além disso, responde por cerca de metade da produção científica da América Latina⁸. Nossas universidades e institutos de pesquisa produzem conhecimento de excelência, reconhecido internacionalmente em áreas como saúde, agricultura, energia, matemática, física, computação e biodiversidade. Nas ciências humanas, temos uma tradição rica de reflexão sobre o Brasil e nosso lugar no mundo.

As universidades passaram por uma revolução nos governos Lula, com as cotas, o Reuni, o Prouni, a criação dos Institutos Federais. Tudo isso fez com que nossa potência científica tenha aumentado nas últimas décadas, incluindo parte da população que estava excluída do ensino superior. Essas políticas precisam ser mantidas e aprofundadas. A democratização do ensino técnico e superior preparou o Brasil para o próximo salto.

Apesar de nosso potencial, seguimos ocupando uma posição periférica na economia do conhecimento. Produzimos ciência, mas ainda transformamos pouco desse conhecimento em inovação, produtividade, novas empresas, empregos qualificados e desenvolvimento econômico. Como consequência, assistimos ao crescimento da migração de pesquisadores altamente qualificados para o exterior — fenômeno intensificado nos últimos anos em razão da redução dos investimentos em ciência e tecnologia. Exportamos talentos, importamos tecnologias e compramos soluções que poderíamos desenvolver.

Esse não é um problema da ciência brasileira, mas da forma como organizamos nosso desenvolvimento. O desafio do século XXI é construir um Estado capaz de conectar universidades, institutos de pesquisa, empresas, empreendedores e políticas públicas em torno de grandes missões nacionais.

O que queremos transformar?

Queremos fazer da ciência, da educação, da inovação e da inteligência artificial os principais motores do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para isso, é necessário fortalecer a pesquisa científica, ampliar a capacidade tecnológica do país, estimular a inovação nas empresas, democratizar o acesso ao conhecimento e construir uma política nacional de desenvolvimento baseada em ciência e tecnologia.

Nosso objetivo é que o Brasil deixe de ser consumidor de tecnologias produzidas por outros países e passe a desenvolver soluções estratégicas para seus próprios desafios e para o mundo. Isso também exige fortalecer o papel das universidades e das instituições de ciência e tecnologia como parceiras permanentes da sociedade, capazes de articular produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento.

Precisamos valorizar a ciência básica e conectar a produção científica aos desafios dos territórios, aproximando pesquisa, extensão, inovação e participação social para construir soluções concretas para cidades, comunidades e políticas públicas.

Temos que ampliar as políticas de permanência estudantil, para diminuir a evasão e manter a democratização da universidade como um de nossos grandes ativos.

Transformar ciência em prosperidade exige enfrentar um problema que o debate econômico ainda não aponta o suficiente. O Brasil produz ciência de excelência, mas ainda investe apenas 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, enquanto a China já investe 2,6% e amplia rapidamente sua liderança tecnológica⁹. O problema não é a qualidade da ciência brasileira, mas

a forma como organizamos seu financiamento, sua governança e sua distribuição no território. Enquanto tratarmos ciência, tecnologia e inovação como despesa contingenciável, e não como investimento de Estado, a distância entre o que descobrimos e o que produzimos continuará a crescer. Superar esse desafio exige financiamento estável, governança orientada por missões nacionais e uma política capaz de ampliar a presença e o impacto da ciência em todo o país.

Nossos compromissos

Fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, garantindo financiamento estável, governança orientada por missões nacionais e articulação entre universidades, institutos de pesquisa, empresas e governos.

Construir uma estratégia brasileira de soberania tecnológica baseada em inteligência artificial, infraestrutura computacional, dados estratégicos, energia limpa e desenvolvimento de tecnologias nacionais.

Transformar ciência, tecnologia e inovação em motores da neoindustrialização brasileira, fortalecendo a Nova Indústria Brasil, o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a bioeconomia e a agregação de valor às cadeias produtivas nacionais.

Apostar no desenvolvimento de ferramentas soberanas de Inteligência Artificial, garantindo a soberania de dados e a diminuição da dependência das corporações internacionais de tecnologia, apoiando e aprofundando o Plano Brasileiro de IA.

Democratizar o acesso ao conhecimento por meio

da educação científica, da inclusão digital, da permanência estudantil, da divulgação científica e da extensão universitária, ampliando oportunidades em todos os territórios do país.

Fortalecer a diversidade na produção do conhecimento, ampliando a participação de mulheres, povos originários, comunidades tradicionais e grupos historicamente sub-representados na ciência, na tecnologia e na inovação.

Transformar a ciência em uma política permanente de desenvolvimento nacional, ampliando sua presença nos territórios, aproximando pesquisa e sociedade e fazendo do conhecimento uma infraestrutura estratégica para o futuro do Brasil.

Como o mandato atuará?

O mandato atuará para transformar educação, ciência, tecnologia e inovação em pilares permanentes do desenvolvimento brasileiro. Nossa atuação combinará produção legislativa, defesa de investimentos estratégicos, fiscalização das políticas públicas e articulação entre universidades, setor produtivo, governos e sociedade.

Agenda Parlamentar

Projetos de Lei

- Fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e modernizar o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Fortalecer as políticas de assistência estudantil nas universidades e institutos federais

- Instituir os Corredores de Inovação Territorial como política nacional orientada por missões, articulando universidades, institutos de pesquisa, empresas, cooperativas, estados e municípios em torno das vocações produtivas e ambientais de cada região.

- Regular a Inteligência Artificial com foco em soberania, transparência e direitos.

- Instituir uma Estratégia Nacional de Infraestrutura para Inteligência Artificial, fortalecendo computação de alto desempenho, nuvem soberana, dados estratégicos e tecnologias nacionais.

- Fortalecer o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS).

- Impulsionar o Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) como instrumento de desenvolvimento regional e democratização da inovação, focando na simplificação de compras públicas tecnológicas.

- Criar incentivos para deep techs e empresas de base científica.

- Ampliar o uso estratégico das compras públicas para acelerar a inovação nacional.

- Fortalecer o uso de encomendas tecnológicas como instrumento de desenvolvimento industrial e inovação.

- Instituir uma Política Nacional de Ciência Aberta e Divulgação Científica.

- Criar uma Política Nacional de Extensão Universitária voltada à inovação social e ao desenvolvimento territorial.

► Ampliar políticas de acesso e permanência de estudantes público-alvo das ações afirmativas.

► Instituir uma Política Nacional para Mulheres na Ciência.

► Criar o Programa Mulheres na Inovação, instituindo cotas de fomento e linhas de crédito exclusivas para startups lideradas por mulheres e para a formação de meninas em áreas de tecnologia, ciência e engenharia (STEM).

► Aprovar mecanismo constitucional de proteção orçamentária para CT&I, com piso mínimo e previsibilidade plurianual.

► Apoiar a vinculação de percentual mínimo do Fundo Social do Pré-Sal à CT&I, com meta de 10% das receitas anuais ao MCTI.

► Modernizar a governança do FNDCT com foco nas prioridades elencadas e criar mecanismos permanentes de financiamento orientado por missões nacionais.

► Criar instrumentos de financiamento compartilhados para inovação, incluindo fundos de coinvestimento público-privado, capital semente e apoio às deep techs.

► Assegurar que infraestrutura de CT&I e a formação técnica em tecnologias da economia do conhecimento sejam reconhecidas entre as destinações prioritárias da contrapartida do PROPAG (Lei Complementar 212/2025), convertendo o alívio da dívida dos estados em investimento estruturante em ciência e inovação.

► Criar imunidade tributária para a importação de insumos e equipamentos de pesquisa, e ampliar o uso das encomendas tecnológicas e das compras públicas de inovação para deep techs e empresas de base científica.

► Fortalecer a proteção dos conhecimentos tradicionais e assegurar a participação de povos originários e comunidades tradicionais na governança da ciência, tecnologia e inovação.

Prioridades no Orçamento

► Recomposição do orçamento das universidades e institutos federais.

► Defesa do CNPq, da Capes e do FNDCT como instrumentos essenciais para apoiar a ciência.

► Proteger uma fatia perene do FNDCT para a pesquisa básica e fundamental.

► Ampliação da assistência estudantil.

► Expandir a infraestrutura nacional de computação científica e inteligência artificial, incluindo o LNCC, o Santos Dumont e uma rede pública de computação de alto desempenho.

► Fortalecimento dos Institutos Federais.

► Articulação com as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

► Expansão da infraestrutura de inovação.

► Fortalecer planetários, museus de ciência, feiras científicas, olimpíadas do conhecimento e espaços maker como instrumentos permanentes de cultura científica.

► Reajustar as bolsas de pós-graduação com indexação automática ao IPCA e recompor o orçamento real do CNPq, da CAPES e da Finep.

► Garantir equidade regional no financiamento: retomar as parcerias federal-estaduais com as FAPs e reativar os comitês gestores dos fundos setoriais.

► Financiar uma rede nacional de nuvem pública federada com clusters de GPU, condição material da soberania em IA.

Fiscalização

► Execução do orçamento do MEC e do MCTI.

► Execução do FNDCT.

► Implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial.

► Política nacional de inovação.

► Compras públicas de inovação.

► Políticas de permanência estudantil.

► Acompanhar a implementação do PBIA e de suas metas de infraestrutura e nuvem soberana, SINAPAD e o supercomputador Santos Dumont, com R\$23 bilhões previstos até 2028¹⁰.

► Aplicação por missões dos recursos do FNDCT e destinação efetiva do Fundo Social do Pré-Sal à CT&I.

► Aplicação da contrapartida do PROPAG pelos estados em formação técnica e infraestrutura aderentes à economia do conhecimento.

Parcerias estratégicas

► Universidades públicas e Institutos Federais.

► Academias científicas e sociedades científicas.

► Startups, deep techs e empresas inovadoras.

► Governos estaduais e municipais.

► Ecossistemas de inovação.

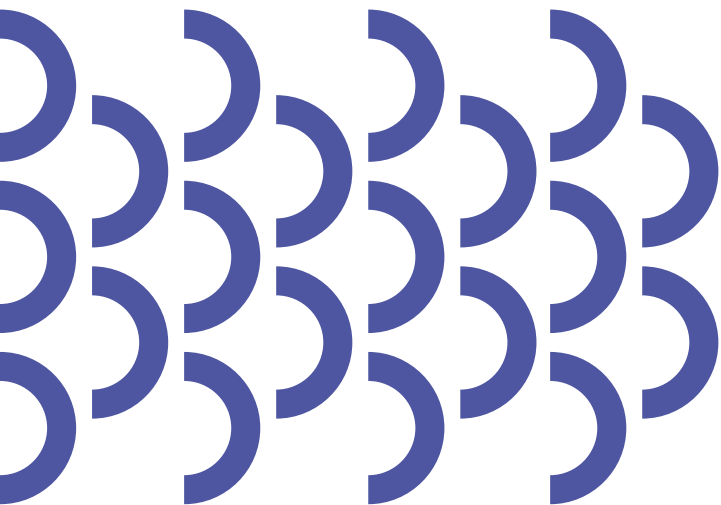
► Fundações estaduais de amparo à pesquisa e Confap.

► Organismos internacionais.



© frimutims/Magnific





MISSÃO 3

VALORIZAR A CULTURA E A INDÚSTRIA CRIATIVA

Por que essa missão é estratégica?

Durante muito tempo, a cultura foi compreendida principalmente como patrimônio, expressão artística ou campo de políticas de incentivo. Hoje sabemos que ela é muito mais do que isso. A cultura produz memória, pertencimento, pensamento crítico e imaginação coletiva. Fortalece vínculos sociais, amplia a vida democrática e constitui um direito fundamental.

Ao mesmo tempo, a criatividade tornou-se um dos principais ativos econômicos do século XXI. Audiovisual, games, música, artes visuais, design, moda, literatura, arquitetura, patrimônio cultural e plataformas

digitais movimentam cadeias produtivas intensivas em conhecimento, geram empregos, impulsionam a inovação e ampliam a projeção internacional dos países. Hollywood, a indústria dos games, o K-pop e as plataformas de streaming demonstram que a cultura e a criatividade também podem ser pensadas como estratégias de desenvolvimento.

A emergência da inteligência artificial torna esse debate ainda mais urgente. As novas ferramentas desafiam os modelos tradicionais de autoria e remuneração. A inovação tecnológica não pode se sustentar na apropriação gratuita do trabalho criativo humano. Por isso, é fundamental construir marcos regulatórios que garantam transparência, reconhecimento da autoria e remuneração justa para artistas e criadores.

Poucos países possuem uma vantagem comparável à do Brasil. Nossa diversidade cultural e nossa riqueza simbólica são reconhecidas em todo o mundo. O desafio é transformar essa potência cultural em uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de gerar oportunidades, inovação, emprego e bem-estar, sem perder de vista que a cultura é, antes de tudo, um direito fundamental e um bem público.

O que queremos transformar?

O Brasil possui uma das maiores riquezas culturais do mundo, mas essa potência convive com profundas desigualdades. A produção cultural ainda enfrenta concentração de recursos e oportunidades, precarização das relações de trabalho, fragilidade dos mecanismos de circulação e remuneração das obras e dificuldades para transformar nossa diversidade cultural em desenvolvimento sustentável e compartilhado.

Ao mesmo tempo, a cultura é um dos campos que mais antecipam as transformações do mundo do trabalho. Artistas, técnicos, produtores e trabalhadores da cultura convivem há décadas com formas de trabalho intermitentes, múltiplas fontes de renda, empreendedorismo por necessidade e ausência de proteção social. Em muitos aspectos, suas experiências se aproximam das vividas hoje por trabalhadores de plataformas digitais, autônomos e pequenos empreendedores. Por isso, pensar políticas para o trabalho cultural é também pensar em respostas de vanguarda para os novos mundos do trabalho no século XXI.

As transformações trazidas pela inteligência artificial reforçam esse desafio. É preciso garantir que novas tecnologias ampliem as possibilidades de criação sem comprometer os direitos autorais, o reconhecimento da autoria e a remuneração justa de artistas e criadores.

Queremos construir uma política nacional que reconheça a cultura como direito fundamental, patrimônio coletivo e setor estratégico para o desenvolvimento. Isso significa democratizar oportunidades, fortalecer as cadeias produtivas da economia criativa, ampliar mecanismos de proteção social e criar condições para que artistas, produtores, coletivos e territórios culturais possam produzir, circular, inovar e viver dignamente de seu trabalho. Nosso objetivo é transformar a diversidade cultural brasileira em uma fonte permanente de emprego, renda, inovação e projeção internacional.

Nossos compromissos

Fortalecer o audiovisual brasileiro: regulando as plataformas de streaming e garantindo que parte da riqueza

produzida pelo setor seja reinvestida no desenvolvimento do audiovisual brasileiro e na proteção social de seus trabalhadores.

Consolidar o Brasil como referência na indústria de games e conteúdos digitais, articulando formação profissional, pesquisa, inovação tecnológica, financiamento e inserção internacional de desenvolvedores brasileiros.

Fortalecer territórios criativos e a ocupação cultural dos espaços públicos, promovendo a circulação de atividades culturais em praças, ruas, parques e equipamentos de bairro como estratégia de desenvolvimento local, dinamização da economia, convivência comunitária, direito à cidade e prevenção da violência.

Proteger os direitos de criadores e trabalhadores da cultura na era digital, atualizando as políticas de direitos autorais diante dos desafios da inteligência artificial e construindo mecanismos de remuneração coletiva e proteção social compatíveis com as novas formas de trabalho criativo.

Garantir a proteção trabalhista e previdenciária dos profissionais da cultura e do audiovisual na economia digital, instituindo um marco regulatório nacional que reconheça as especificidades do trabalho intermitente, das plataformas de streaming e da prestação de serviços por aplicativos

Fortalecer a cultura como direito fundamental e política permanente de Estado, ampliando o acesso da população aos bens e serviços culturais em todo o território nacional.

Como o mandato atuará?

O mandato atuará para fortalecer a cultura como política permanente de desenvolvimento, combinando produção legislativa, defesa de novos mecanismos de financiamento, fiscalização das políticas públicas e articulação entre governos, setor cultural, universidades, plataformas digitais e sociedade. Nosso compromisso é transformar parte da riqueza gerada pela economia digital em investimento permanente na cultura e na proteção social dos trabalhadores do setor.

Agenda Parlamentar

Projetos de Lei

- Defender a plena implementação da Política Nacional Aldir Blanc, criando mecanismos de indução para que estados e municípios mantenham e ampliem seus investimentos próprios em cultura, garantindo que os recursos federais funcionem como expansão — e não substituição — do financiamento cultural.
- Atuar pela aprovação de uma regulamentação das plataformas de vídeo sob demanda (VOD), assegurando investimentos obrigatórios na produção audiovisual brasileira independente e destinando parte dos recursos arrecadados ao fortalecimento de políticas estruturantes para a cadeia do audiovisual, incluindo mecanismos de proteção social para seus trabalhadores.
- Regular e garantir financiamento do Marco Legal dos Games (Lei 14.852/2024¹¹).
- Criar uma Política Nacional de Distritos Criativos e Territórios de Convivência, promovendo a ocupação cultu-

ral de espaços públicos, fortalecendo economias locais e transformando cultura em instrumento de desenvolvimento, direito à cidade e prevenção da violência.

- Fortalecer políticas que integrem cultura, educação, ciência e inovação, reconhecendo a criatividade como uma dimensão estratégica da produção de conhecimento.
- Defender os direitos autorais na lei que regulamenta a IA e atualizar a legislação de direitos autorais diante dos desafios da inteligência artificial, garantindo transparência sobre o uso de obras protegidas, reconhecimento dos direitos dos criadores e mecanismos de remuneração coletiva.
- Instituir um Fundo de Direitos Autorais na Era Digital, alimentado pela utilização de conteúdos culturais por sistemas de inteligência artificial, com gestão compartilhada por entidades representativas do setor cultural e destinado ao financiamento de políticas de proteção social para trabalhadores da cultura, incluindo mecanismos de previdência, descanso remunerado, formação continuada e proteção em períodos de intermitência.
- Regular e descentralizar o Marco Legal dos Games, transformando o setor em uma política estratégica de economia criativa e inclusão digital.
- Criar instrumentos de apoio à internacionalização da produção cultural brasileira, ampliando a circulação de obras, criadores e empreendimentos culturais brasileiros no exterior.

Prioridades Orçamentárias

► **Estruturar o financiamento público da cultura como política permanente e descentralizada**, fortalecendo o orçamento federal e garantindo que estados e municípios ampliem seus próprios investimentos em cultura, de modo que políticas como a Aldir Blanc atuem como indução e não substituição de recursos.

► **Consolidar e ampliar equipamentos públicos de cultura como infraestrutura essencial de desenvolvimento territorial**, com prioridade para bibliotecas, museus, centros culturais, pontos de cultura e espaços de convivência em periferias urbanas, áreas rurais e municípios de pequeno porte.

► **Financiar programas permanentes de ocupação cultural do espaço público e de fortalecimento de redes culturais de bairro**, articulando cultura, economia local e convivência comunitária, com impacto direto na dinamização do comércio, na vitalidade urbana e na presença cidadã nos territórios.

► **Atuar pela aprovação de uma regulação das plataformas de streaming (VOD)**, em tramitação no Congresso Nacional, garantindo a contribuição obrigatória das empresas ao desenvolvimento do audiovisual brasileiro por meio da Condecine e de cotas de conteúdo nacional e independente.

► **Criar um sistema de proteção social para trabalhadores da cultura financiado por mecanismos de arrecadação de direitos autorais e contribuições digitais**, incluindo recursos provenientes do uso de obras culturais por plataformas digitais e sistemas de inteligência artificial, com gestão coletiva e destino vinculado a políticas de seguridade social (como previdência, renda



em períodos de intermitência, formação continuada e proteção trabalhista).

► **Apoiar a formação técnica e profissional para o novo mundo do trabalho cultural**, incluindo audiovisual, games, tecnologias digitais e economia da cultura, reconhecendo a centralidade dos trabalhadores culturais como pioneiros das novas formas de trabalho intermitente e multiplataforma.

► **Fortalecer políticas de preservação, digitalização e circulação do patrimônio cultural brasileiro**, garantindo acesso público, soberania cultural e valorização da memória coletiva.



Fiscalização

► **Monitorar a execução da Política Nacional Aldir Blanc**, com foco na transparência dos repasses e na garantia de que estados e municípios ampliem seus investimentos próprios em cultura.

► **Fiscalizar a implementação da regulação do streaming (VOD)** e a aplicação dos recursos arrecadados, assegurando que os investimentos obrigatórios das plataformas sejam efetivamente direcionados à produção independente e à diversidade cultural brasileira.

► **Acompanhar a implementação de políticas de direitos autorais e remuneração de criadores na era da inteligência artificial**, com atenção à transparência no uso de obras culturais, à formação de fundos coletivos e à proteção dos trabalhadores da cultura.

► **Fiscalizar as políticas de patrimônio cultural, memória e acesso público à cultura**, com foco na democratização territorial dos investimentos.

► **Avaliar políticas federais de economia criativa e de proteção social dos trabalhadores da cultura**, considerando novas formas de trabalho, informalidade e intermitência.

Parcerias Estratégicas

► Ministérios da Cultura, das Cidades, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Trabalho e Emprego.

► Estados e municípios.

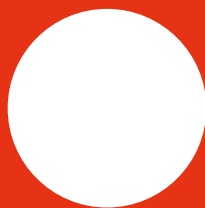
► Setores do audiovisual, dos games, das artes, do livro e das demais cadeias da economia da cultura.

► Universidades, institutos federais e escolas técnicas.

► Artistas, trabalhadores da cultura, produtores, empreendedores e entidades representativas do setor cultural.

► Plataformas digitais e serviços de streaming.

► Organismos internacionais de cultura, propriedade intelectual e economia criativa.



MISSÃO 4

FORTALECER NOSSO POVO E DEFENDER A DEMOCRACIA

Por que essa missão é estratégica?

Somos uma nação diversa, formada pelo encontro de povos indígenas, afrodescendentes e imigrantes de várias partes do mundo. Temos uma população trabalhadora e criativa, que acredita no potencial do país, mas que ainda enfrenta desafios para transformar essa força em desenvolvimento justo e soberano.

A inteligência artificial, a automação e as plataformas digitais estão redefinindo a forma como trabalhamos, produzimos riqueza e nos relacionamos com o Estado. Ao mesmo tempo em que criam oportunidades inéditas para inovação, também ampliam dificuldades relacionadas ao emprego, à proteção social e à organização do trabalho. A classe trabalhadora mudou profundamente: hoje é majoritariamente formada por trabalhadores do setor de serviços, do comércio, da economia popular, do empreendedorismo e da informalidade. É preciso com-

preender essas transformações e construir novas formas de proteção social e inclusão produtiva.

O desenvolvimento do século XXI não poderá ser medido apenas pelo avanço tecnológico. Ele será medido pela capacidade de colocar o povo no centro das transformações e sustentar um regime democrático como aliado do nosso presente e futuro. Contudo, o Congresso Nacional brasileiro consolida-se hoje como uma barreira estrutural ao desenvolvimento inclusivo do país devido ao descompasso entre sua agenda legislativa e as reais necessidades da população. Temos apenas 92 deputadas mulheres dos 513 parlamentares, representando apenas 17% da Câmara¹². Hegemonizado pelo consórcio de frentes parlamentares ligadas ao agronegócio, à segurança e ao conservadorismo religioso, o Poder Legislativo prioriza a defesa de interesses corporativistas, em detrimento dos direitos da classe trabalhadora.

Esse modelo de representação, agravado pelo controle inédito do orçamento por meio de emendas, neutraliza o avanço de reformas progressistas e sufoca as demandas por diversidade, sustentabilidade ambiental e direitos humanos, perpetuando a exclusão socioespacial que define as periferias e favelas do país.

O que queremos transformar?

Quemos construir um modelo de desenvolvimento que amplie oportunidades, reduza desigualdades e garanta que os benefícios da inovação alcancem toda a sociedade.

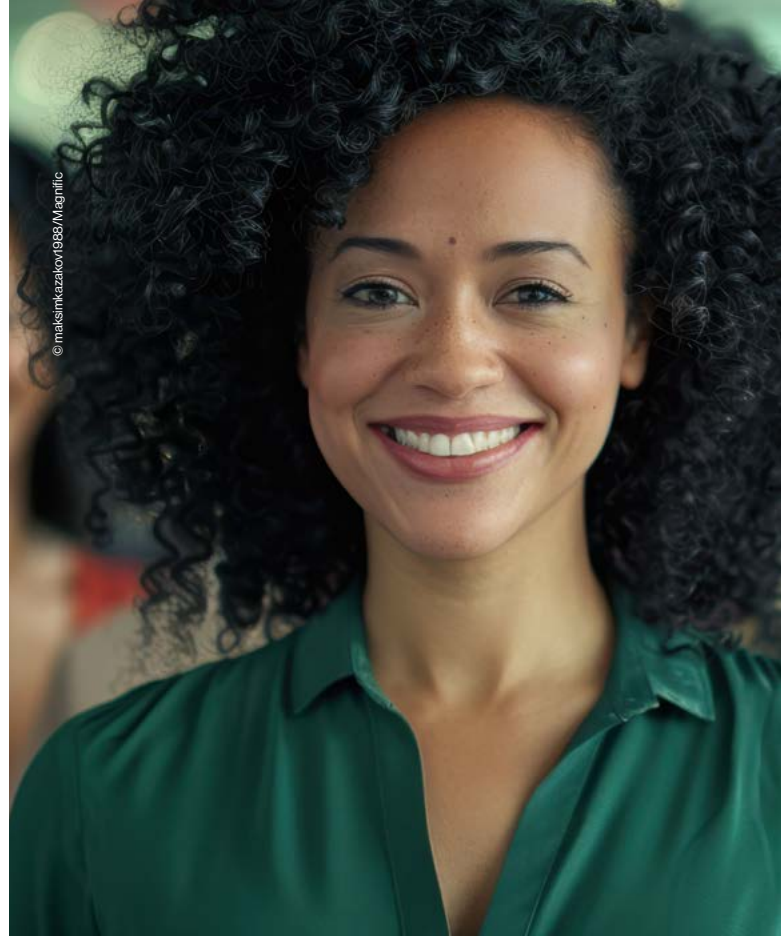
Isso significa preparar trabalhadores para a economia do conhecimento, fortalecer a proteção social diante das novas formas de trabalho, ampliar o acesso às tecnologias digitais, modernizar o Estado e aprofundar a democracia, ampliando os espaços de escuta, participação social e diálogo com setores historicamente pouco representados.

O Brasil precisa de um Congresso mais representativo, diverso e comprometido com a ciência, a sustentabilidade, a democracia e os desafios do século XXI, capaz de produzir boas leis e exercer uma fiscalização qualificada das políticas públicas. Isso significa aumentar a representação das mulheres e populações historicamente excluídas.

Nosso objetivo é que o povo seja protagonista desse processo, fortalecendo a democracia e construindo um desenvolvimento econômico sustentável, inovador e comprometido com a redução das desigualdades.

Nossos compromissos

Construir uma nova geração de direitos para trabalhadores autônomos, intermitentes e de plataformas digitais, garantindo proteção social, remuneração digna, segurança jurídica e oportunidades permanentes de qualificação.



Preparar as pessoas para o futuro do trabalho, ampliando oportunidades de qualificação profissional, educação continuada e inclusão digital ao longo da vida.

Reconhecer o cuidado como dimensão essencial do desenvolvimento, valorizando o trabalho de cuidado e ampliando políticas públicas que promovam igualdade de gênero, proteção aos mais velhos e prosperidade social.

Fortalecer o empreendedorismo, a economia popular e a inovação social como instrumentos de geração de renda, autonomia e inclusão produtiva.

Aumentar a representatividade das mulheres e das populações socialmente excluídas no parlamento e nas instâncias de poder

Como o mandato atuará?

O mandato atuará para construir um novo pacto entre desenvolvimento, trabalho e democracia, combinando produção legislativa, defesa de investimentos estratégicos, fiscalização das políticas públicas e articulação entre governos, trabalhadores, empresas, universidades e sociedade. Nosso compromisso é garantir que o desenvolvimento caminhe lado a lado com a dignidade humana, a justiça social e o fortalecimento da democracia.

Agenda Parlamentar

Projetos de Lei

- ▶ Regular o trabalho em plataformas digitais, garantindo proteção social, remuneração justa e segurança jurídica.
- ▶ Instituir o Estatuto do Trabalhador Intermitente, Autônomo e de Plataformas.
- ▶ Criar a Lei da Autonomia Protegida, ampliando direitos previdenciários e proteção social para trabalhadores sem vínculo empregatício tradicional.
- ▶ Apoiar a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, promovendo melhores condições de vida, saúde e produtividade para os trabalhadores.

Regular as plataformas e garantir transparência algorítmica, que fortaleçam os trabalhadores de plataforma a melhorar sua remuneração e negociação.

Modernizar o Estado, promovendo governo digital, inteligência artificial responsável, transparência, simplificação dos serviços públicos e uso estratégico de dados para melhorar políticas públicas.

Fortalecer a democracia, ampliando a participação cidadã, enfrentando a desinformação e promovendo instituições públicas mais abertas, eficientes e confiáveis.

► Lutar pela proibição das bets e apoiar projetos para diminuir os danos causados pelas plataformas de jogo online, instituindo limites de publicidade e medidas afins.

► Avançar na regulamentação das profissões de cuidado (cuidadores formais, técnicos, assistentes pessoais) para garantir direitos trabalhistas e combater a precarização.

► Instituir a Lei da Economia do Cuidado e Autonomia Econômica Feminina, prevendo incentivos fiscais para empresas que adotarem auxílio-creche expandido e horários flexíveis, além de garantir linhas de microcrédito subsidiadas para mulheres provedoras de famílias monoparentais.

► Reconhecer o trabalho de cuidado como atividade socialmente essencial e ampliar sua proteção previdenciária.

► Fortalecer mecanismos de promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres.

► Defender a reserva de cadeiras para mulheres no parlamento, garantindo sua efetiva representatividade

► Modernizar a legislação voltada à qualificação profissional para a economia do conhecimento.

► Fortalecer políticas públicas para as juventudes, apoiando a aprovação do Plano Nacional de Juventude e fundo próprio garantido para as ações

► Modernizar a Lei da Aprendizagem para estimular a formação de jovens em tecnologia, ciência, economia verde e economia criativa.

► Aperfeiçoar a legislação sobre governo digital e transparência pública.

► Criar um Programa Nacional de Requalificação Profissional para trabalhadores impactados pela inteligência artificial e pela automação.

Prioridades no Orçamento

► Investir em qualificação profissional e aprendizagem ao longo da vida.

► Fortalecer programas de educação digital e inclusão produtiva para trabalhadores.

► Expandir a rede pública de cuidados e enfrentamento a violência contra a mulher.

► Fortalecer políticas de inclusão digital.

► Garantir recursos para financiar políticas para a juventude.

► Apoiar o empreendedorismo inovador, a economia popular e a economia solidária.

Fiscalização

► Acompanhar a execução das políticas de trabalho e renda.

► Monitorar os impactos da inteligência artificial e da automação sobre o mercado de trabalho.

► Acompanhar políticas de prevenção ao superendividamento e de regulação das apostas eletrônicas.

- ▶ Fiscalizar os programas federais de qualificação profissional.
- ▶ Monitorar a implementação das políticas para as mulheres.
- ▶ Acompanhar a execução das políticas de inclusão digital.
- ▶ Fiscalizar a transformação digital da administração pública.
- ▶ Promover a transparência, a integridade e a avaliação das políticas públicas.
- ▶ Garantir a aplicação das leis de proteção às mulheres e contra a violência e o feminicídio

Parcerias Estratégicas

- ▶ Centrais sindicais e organizações do mundo do trabalho.
- ▶ Movimentos de mulheres e de juventudes.
- ▶ Organizações da sociedade civil.
- ▶ Setor produtivo.
- ▶ Plataformas digitais.
- ▶ Governos estaduais e municipais.



© FG Trade/iStock

O Rio de Janeiro:

UM FAROL PARA O BRASIL DO SÉCULO XXI

Grandes transformações nacionais quase sempre começam em territórios capazes de experimentar novas ideias, conectar diferentes atores e demonstrar, na prática, que outro modelo de desenvolvimento é possível.

O Brasil Soberano 4.0 parte da convicção de que o Rio de Janeiro pode desempenhar esse papel.

A poucos meses de um novo ciclo de gestão no Palácio Guanabara, o Rio de Janeiro se depara com um paradoxo: o estado concentra a maior densidade de doutores por habitante do país e abriga algumas das mentes mais brilhantes e instituições mais respeitadas do continente, mas esse ecossistema foi sufocado por anos de instabilidade política, ingerência e descontinuidade administrativa.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e sua rede vinculada - que reúne potências de formação, fomento e inclusão tecnológica - não podem mais ser tratadas como moeda de troca política ou como um apêndice burocrático. Elas são, estruturalmente, o motor econômico mais subutilizado do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro não precisa inventar sua estratégia de desenvolvimento baseado em conhecimento: ele já dispõe de uma. O Estado construiu, como instrumento permanente de planejamento, um plano estratégi-

co orientado por missões, tecnicamente ancorado no diagnóstico da “estrutura produtiva oca” fluminense e na dependência excessiva dos royalties do petróleo. Esse plano organiza a economia do estado em complexos econômicos estratégicos e define, entre suas missões, a vantagem competitiva associada à economia do conhecimento e a desconcentração territorial das oportunidades. O problema nunca foi a ausência de plano. Foi a asfixia fiscal, a descontinuidade e a falta de articulação com a União que sufocaram sua execução — e é exatamente esse quadro que começa a mudar.

Em junho de 2026, o Rio encerrou o Regime de Recuperação Fiscal e aderiu ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG). Com a adesão ao PROPAG, a dívida do Estado do Rio com a União foi reduzida em mais de R\$ 42 bilhões, os juros reais caíram a zero e a parcela mensal recuou de cerca de R\$ 436 milhões para R\$ 119 milhões, ampliando a capacidade fiscal do Estado e permitindo uma economia estimada em R\$ 12,3 bilhões em 2027¹⁹. Pela primeira vez em quase uma década, o estado tem fôlego para investir. A questão deixa de ser se há recursos e passa a ser como aplicá-los. É aqui que um mandato federal se torna decisivo: o PROPAG é lei federal, e cabe à representação fluminense na Câmara fiscalizar que esse alívio se converta em economia do conhecimento — não em despesa que se dissipa.

Atuaremos em quatro frentes:

◆ **Primeiro**, garantir que a capacidade fiscal liberada recomponha o que a instabilidade destruiu: a autonomia da FAPERJ, a estabilidade orçamentária das universidades estaduais e a plena execução da Lei Estadual de Inovação.

◆ **Segundo**, fiscalizar que a contrapartida obrigatória do PROPAG em educação profissional e infraestrutura seja direcionada às competências que a economia do conhecimento exige - software, dados, inteligência artificial e economia verde -, dando lastro financeiro à modernização da rede técnica fluminense, e que os investimentos em adaptação climática se articulem às missões estaduais de segurança hídrica, descarbonização e resíduos. Esses recursos também devem poder ser investidos nas universidades estaduais, como UERJ e UENF.

◆ **Terceiro**, territorializar no estado do Rio de Janeiro os principais instrumentos de fomento da União — como recursos do FNDCT e editais da Finep, linhas de crédito e participação do BNDES, cooperações da Embrapii, além do poder de compra federal e de encomendas tecnológicas. Essa articulação utilizará a capacidade de investimento estadual como contrapartida para atrair o coinvestimento federal nos Corredores Tecnológicos: iniciativas voltadas a descentralizar o desenvolvimento econômico fluminense, que conectam polos acadêmicos locais a potenciais produtivos regionais para impulsionar a inovação fora dos grandes centros.

◆ **Quarto**, defenderemos a alavanca mais óbvia para o estado que produz o pré-sal: a vinculação de parte do Fundo Social do Pré-Sal à ciência e à tecnologia. Diversificar a economia fluminense para além dos royalties usando o próprio fundo do petróleo para financiar essa diversificação é a política mais coerente disponível — e é uma bandeira que só um mandato federal sustenta.

Nosso projeto, que apoia Lula presidente, está convencido que a melhor alternativa do Governo do Estado é a candidatura de Eduardo Paes, que já demonstrou ser capaz de promover um choque na gestão pública para gerar desenvolvimento e melhoria dos serviços públicos.

Nós pudemos contribuir com esse projeto, à frente da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro, onde mais que triplicamos a rede de Naves do Conhecimento, promovendo inclusão tecnológica e digital em todos os cantos da cidade, trazendo as universidades e a ciência para a gestão e promovendo a inovação aberta como indutora de transformações na cidade.

Conectar o Estado à capital, tirando o Estado desse atoleiro de lama e corrupção, é uma tarefa histórica de todos que querem que o Rio possa voltar a exercer seu papel no país, se reindustrializando, crescendo, gerando mais inclusão social e oportunidades.

Queremos contribuir fortemente para o próximo projeto de Eduardo Paes governador, o desafio não é apenas reconstruir; é **vincular de forma indissociável a ciência ao desenvolvimento econômico e à redução da desigualdade social**.

O diagnóstico:

O CUSTO DA IRRESPONSABILIDADE

A herança de gestões que negligenciaram o setor é nitida. O Rio de Janeiro sofreu com o esvaziamento de suas universidades estaduais, atrasos crônicos em bolsas e o enfraquecimento de agências estratégicas. Mais do que a perda de orçamento, o estado perdeu **reputação, previsibilidade e capital humano**, gerando uma severa “fuga de cérebros” para outros estados e países.

A ciência fluminense sobreviveu por sua própria resiliência institucional, e não por incentivo governamental. O próximo governo precisa entender que investir em CT&I não é gasto ou luxo orçamentário: é a única via para diversificar uma matriz econômica hoje excessivamente dependente dos royalties do petróleo. O próprio capital e a engenharia do setor são o insumo da transição para produzirmos energia limpa, hidrogênio, minerais e química de alto valor.

A Rede que faz do Rio uma potência nacional

O Rio de Janeiro possui uma infraestrutura única no país. O segredo para o próximo mandato não é criar novas estruturas, mas fazer a engrenagem atual funcionar de forma integrada e desburocratizada:

◆ **Fomento Estratégico (FAPERJ):** A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro precisa ter sua autonomia financeira blindada e deve ser presidida por pessoas da comunidade científica. O fomento deve cobrir a pesquisa básica e a inovação.

◆ **Formação de Excelência (UENF e UERJ):** As universidades estaduais precisam de estabilidade orçamentária e de um plano de modernização de seus laboratórios. Elas devem ser pontes ativas com o setor produtivo, estimulando patentes e a criação de spin-offs acadêmicas.

◆ **Ensino Técnico e Profissionalizante (FAETEC):** Fortalecer a rede FAETEC por meio da atualização curricular, do aperfeiçoamento da oferta de cursos e da modernização de sua infraestrutura, alinhando a formação às vocações territoriais, aos arranjos produtivos locais,

às demandas do mundo do trabalho e às oportunidades geradas pelas transformações tecnológicas. A rede deve combinar a formação em áreas estratégicas para a economia digital com cursos voltados aos diversos setores produtivos e às necessidades do desenvolvimento regional. Para isso, é essencial que o presidente da FAE-TEC seja escolhido de forma democrática.

◆ **Inclusão Digital e Popularização da Ciência (CE-CIERJ / Redes de Inclusão):** O uso da capilaridade da educação a distância e de equipamentos de inclusão tecnológica nos municípios deve ser focado na educação à distância de qualidade, com potencial para substituir os cursos de má qualidade que se multiplicam.

Corredores fluminenses de Inovação Territorial

O Rio será organizado como uma rede de Corredores de Inovação Territorial, cada um ancorado em regiões específicas do Estado, conectando ciência, indústria e território a uma missão nacional e a um complexo econômico já mapeado pelo planejamento estadual:

Norte Fluminense e Bacia de Campos — energia e transição. Do arranjo histórico Petrobras-UFRJ, que colocou o Brasil na vanguarda da exploração em águas ultraprofundas, à descarbonização, à energia eólica offshore, ao hidrogênio verde e à cadeia de minerais estratégicos. O sistema regional de inovação da região, ancorado na UENF, sua Agência de Inovação e a UFF-Macaé, já existe em embrião e precisa de escala federal.

Baía de Guanabara e metrópole — Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Com a Fiocruz como âncora, o

objetivo é recuperar a base produtiva de farmoquímicos e imunobiológicos que o estado perdeu, nos segmentos de maior valor agregado, articulada à economia do mar e à biotecnologia marinha.

Baía de Sepetiba e Costa Verde — logística, indústria naval e industrialização local de minerais críticos, fechando no território a cadeia que hoje se exporta como minério bruto.

Região Serrana e Petrópolis — computação soberana e adaptação climática. Sede do supercomputador nacional, é o corredor natural da IA soberana e das missões estaduais de segurança hídrica, descarbonização e resíduos, com gêmeos digitais e soluções baseadas na natureza.

Três diretrizes para a próxima gestão

Para que essa rede se traduza em desenvolvimento e prosperidade, a liderança do próximo governador deve se pautar por três pilares práticos:

1. Inovação Voltada para Desafios Públicos

A ciência do Rio de Janeiro deve ser convocada para resolver os problemas históricos do próprio estado. O governo deve utilizar mecanismos como as Encomendas Tecnológicas (ETCs), as Contratações Públicas de Solução Inovadora (CPSIs) e o Marco Legal da Ciência e Tecnologia para contratar soluções inovadoras desen-

volvidas nas universidades locais para a segurança, a telemedicina no SUS e a prevenção de desastres climáticos nas encostas.

2. Atração de Investimentos e Consolidação de Hubs Tecnológicos

O Rio de Janeiro tem vocação natural para ser o principal hub de tecnologia e transição energética da América Latina. O governo estadual deve atuar em sinergia com os municípios para desonerar o setor de base tecnológica, atrair data centers de alta performance e criar distritos de inovação integrados às universidades e ao setor produtivo para o desenvolvimento de soluções soberanas de Inteligência Artificial.

3. Inclusão Sociodigital como Combate à Pobreza

A tecnologia deve ser uma ferramenta de mobilidade social. Levar conectividade de alta velocidade, laboratórios de prototipagem (FabLabs) e capacitação em IA para as favelas e para o interior do estado não é apenas uma política social; é uma estratégia de expansão da força de trabalho qualificada que o mercado de tecnologia tanto disputa. Nós já fizemos isso na cidade do Rio de Janeiro e vamos fazer no Estado todo.

Retomar o protagonismo nacional do Rio de Janeiro e ajudar a desenvolver o Brasil

O Rio reúne universidades de excelência, centros de pesquisa reconhecidos internacionalmente, empresas estratégicas para a soberania energética e

tecnológica, um dos maiores complexos científicos da saúde da América Latina, um ecossistema crescente de inovação e uma economia criativa com projeção global.

Mais do que um estado, o Rio reúne as condições para se tornar um verdadeiro laboratório nacional de desenvolvimento baseado no conhecimento.

O Rio abriga, em Petrópolis, o Laboratório Nacional de Computação Científica e o supercomputador Santos Dumont, projetado no Plano Brasileiro de IA para figurar entre os cinco maiores do mundo, além de coordenar por mais de duas décadas a rede nacional de supercomputação. É a infraestrutura soberana de IA mais estratégica do país, e está no Rio. O Rio.IA é a lógica que territorializa esse ativo: conecta o Santos Dumont e a futura nuvem soberana às universidades fluminenses, ao Porto Maravilha, às deep techs e, pela capilaridade das Naves do Conhecimento, às favelas e ao interior, convertendo inclusão sociodigital na base de uma força de trabalho qualificada em IA. O Rio não pede para participar da economia da IA soberana: ele hospeda seu principal motor.

O desafio é conectar capacidades que já existem. Cabe ao poder público construir pontes entre ciência, indústria, cultura, inovação e desenvolvimento territorial, transformando o Rio em um laboratório de políticas públicas capazes de inspirar todo o país e promover prosperidade para seu povo.

Experiências bem-sucedidas poderão servir de referência para outras cidades e estados brasileiros, fortalecendo uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada no conhecimento. O Rio de Janeiro tem todas as condições para liderar esse processo.

O Brasil e o Rio podem voltar sonhar grande

O Brasil Soberano 4.0 nasce dessa convicção.

Ele não oferece respostas prontas para todos os desafios brasileiros.

Oferece uma direção.

Uma direção que aposta na inteligência coletiva, na força das instituições democráticas, na excelência da ciência brasileira, na potência da nossa cultura e na capacidade do nosso povo de construir um futuro melhor.

O Brasil já possui tudo o que é mais valioso para as próximas décadas.

Tem conhecimento.

Tem criatividade.

Tem biodiversidade.

Tem diversidade.

Chegou a hora de transformar esse potencial em desenvolvimento.

Bem-vindo ao programa Brasil Soberano 4.0. Vamos mudar juntos o nosso país!



Tatiana Roque a representante deste projeto de país

Tatiana Roque é cientista, professora titular do Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), vereadora do Rio de Janeiro e ex-secretária municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo sido a primeira mulher a ocupar o cargo.

Professora e pesquisadora reconhecida nacional e internacionalmente, coordenou o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Ao longo de sua carreira, tem trabalhado para aproximar a universidade dos grandes desafios contemporâneos e fortalecer a presença da ciência no debate público.

É autora de livros premiados, ganhadora de um Jabuti, sendo sua obra mais recente, *A máquina e nós: promessas e armadilhas da inteligência artificial*, publicado pela Editora Todavia em 2026. São analisadas as transformações provocadas pela inteligência artificial e suas consequências para o trabalho, a educação e a democracia.

Sua atuação política é marcada pela defesa da educação pública, da ciência, da tecnologia, da democracia e da sustentabilidade. Em 2022, foi candidata a deputada fe-

deral pelo PSB tendo ficado como 1ª suplente. Posteriormente, tornou-se secretária municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, levando sua experiência acadêmica para a formulação e a execução de políticas públicas.

À frente da Secretaria, trabalhou para ampliar o acesso da população à ciência e à tecnologia, fortalecer a formação digital, estimular a inovação e criar oportunidades para jovens, mulheres, pesquisadores e empreendedores de diferentes territórios da cidade. Como vereadora, atua para que o conhecimento científico e tecnológico esteja a serviço da ampliação de direitos, da redução das desigualdades e da melhoria concreta da vida das pessoas.

Atualmente, é pré-candidata a deputada federal e apresenta um projeto político voltado para o futuro do Brasil. Tatiana defende que o país recupere sua capacidade de pensar grande, planejar o desenvolvimento e mobilizar o Estado, as universidades, os institutos de pesquisa e o setor produtivo em torno de missões nacionais. Sua atuação articula ciência, inteligência artificial, criatividade, sustentabilidade e justiça social na construção de um Brasil mais democrático, soberano e menos desigual.

Notas de rodapé

1 - Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Brazil – Country Profile. Disponível em: <https://www.cbd.int/countries/profile?country=br>. Acesso em: 6 jul. 2026.

2 - Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Balanço Energético Nacional 2026 – Síntese. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-975/topico-847/BEN_S%C3%ADntese_2026_PT.pdf. Acesso em: 6 jul. 2026.

3 - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM/Marinha do Brasil). Amazônia Azul. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/se-cirm/amazoniaazul>. Acesso em: 6 jul. 2026.

4 - U.S. Geological Survey (USGS). Mineral Commodity Summaries 2025: Rare Earths. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2025/mcs-2025-rare-earth.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2026.

5 - Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024. Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono.

6 - Lei nº 15.097, de 10 de janeiro de 2025. Disciplina o aproveitamento de potencial energético offshore (Marco Legal da Energia Offshore).

7 - Academia Brasileira de Ciências (ABC). *Aspectos quantitativos e qualitativos da produtividade científica brasileira*. Acesso em: 7 jul. 2026.

8 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação – Boletim nº 3: Pesquisadores no Brasil publicam 56% dos artigos científicos originados na América Latina.

9 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação; World Intellectual Property Organization (WIPO). Global Innovation Index 2025.

10 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024–2028.

11 - Lei nº 14.852, de 3 de maio de 2024. Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos.

12 - Câmara dos Deputados. Secretaria da Mulher. Bancada feminina alcança 91 deputadas federais. Publicado em 3 out. 2022.

13 - O Globo. “PROPAG: com adesão ao programa, Estado do Rio deixará de pagar mais de R\$ 12 bilhões à União no ano que vem; entenda.” 23 jun. 2026.



O Brasil precisa de um projeto de país





**Brasil
Soberano
4.0**

**O Brasil precisa de
um projeto de país**

 @tatianaroque.oficial

 @tatianaroque.oficial

 @tatianaroque.oficial

Vem com a gente!

